

EDUCAÇÃO FÍSICA E TRÁFICO DE DROGAS: INTERVENÇÕES NA QUESTÃO DA VULNERABILIDADE SOCIAL DE JOVENS EM CONFLITO COM A LEI

MAURÍCIO FIDELIS
RAFAEL VALLADÃO

Universidade Castelo Branco – RJ – Rio de Janeiro - Brasil
rafael-valladao@hotmail.com

Introdução

A vulnerabilidade social, resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, gerada pelas desigualdade social entre indivíduos ou grupos, cerceando o acesso aos bens sociais, econômicas, culturais. A desigualdade aliada a valores que a mídia, o esporte, a cultura, estão disseminando tem gerado nos jovens a necessidade de “ter” para “ser”.

O jovem adentra o submundo do crime, em específico para o tráfico de drogas, em muitos casos, para sanar uma necessidade que na verdade é um desejo inculcado pela indústria do consumo. Porém não se pode atribuir simplesmente à necessidade de consumo, a culpabilidade pela entrada para o tráfico de drogas. A baixa qualidade de vida, a instabilidade psíquica, física, material e social, associadas às dúvidas, incertezas, reações de rebeldias corriqueiras do momento etário-psicológico, também os deixam vulneráveis às interferências dos que pretendem aproveitar-se de suas dificuldades.

Atualmente, há uma infinidade de projetos sócio-esportivos que primam em seus objetivos por intervir na questão da vulnerabilidade. Porém, poucos realizam avaliações para aferir alterações de indicadores ou o impacto ocorrido pela ação da Educação Física e do esporte que contemplem seus objetivos na área social.

O tipo de pesquisa adotado foi a revisão bibliográfica reunindo uma série de autores que conceitue a realidade de jovens em conflito com a lei, no primeiro tópico, e apontem a “causa” de sua entrada no crime, considerando as questões de vulnerabilidade social dentro do contexto que estão inseridos. No segundo tópico, a pesquisa promove um diálogo com os autores no sentido de se buscar intervenções do profissional de Educação Física, tendo na Educação Física e no esporte instrumentos para os afastar do risco de vulnerabilidade social, ou, sem critérios, mantê-los na sua realidade.

A vulnerabilidade social

A desigualdade aliada a valores que a mídia, o esporte, a cultura, estão disseminando tem gerado nos jovens a necessidade de “ter” e “ser” como aqueles que estão a todo o momento na televisão, nas revistas, com as mulheres e com os homens “mais lindos”, com a roupa da moda, para realizar o sonho de ser “famoso”.

Estes valores por sua vez precisam de alguma forma atender a necessidades, sejam elas quais forem, sem considerar a precariedade econômica de determinados indivíduos. Muitos jovens ou entram no mercado informal, para o crime ou mesmo incorrem na mendicância. Essa marginalidade “imposta” gera um conceito chamado de vulnerabilidade social, definida por Abramovay (2002):

A vulnerabilidade social é tratada aqui como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou

desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores (p. 13).

Segundo o FIBGE (2001) apud Castro e Abramovay (2002), no Rio de Janeiro no ano de 1998 a população total de jovens entre 15 e 24 anos era de 2.616.395. Enquanto somente 1.341.159 eram economicamente ativos, inseridos no mercado de trabalho seja ele formal ou informal. Tais dados apontam que quase metade (1.275.236) dos jovens entre 15 e 24 anos do Rio de Janeiro, podem estar em situações de pobreza, miséria ou mesmo em conflito com a lei, que caracteriza o quadro de vulnerabilidade social.

A mídia, afirma De Masi (2000), que de vez em quando se sacode de indignação porque jovens violentaram uma mulher ou roubaram um banco, não se preocupa em promover uma educação para formar estes mesmos jovens para um bom uso do ócio. Mas ao contrário, incentivam práticas de consumo e de prazer alienado, criticando um indivíduo que, muitas vezes, ajudou a criar para a sociedade.

Para Bauman (2008), o ser “famoso” não significa nada mais, nem nada menos, do que aparecer nas primeiras páginas de milhares de revistas e em milhões de telas ser visto, notado, comentado e, presumidamente, desejado por muitos, como se fossem mercadorias, a exemplo dos sapatos, saias, acessórios luxuosos, exibidos nas revistas luxuosas e na TV, também são notados, comentados e desejados, ainda sobre isso discorre Diógenes (2008), “A mesmice das vestimentas, das roupas de marca parece criar um código visual de “inclusão” desses jovens na cultura de massa.”(p.23). Essa alienação desperta nos meninos desejos de consumo que muitas das vezes somente o crime organizado pode propiciar. Dowdney (2003) diz:

A exigência das crianças de participar da crescente cultura do consumo aumentou com o surgimento de comerciais mais sofisticados na televisão e com campanhas de marketing dirigidas a uma população jovem. Crianças e adolescente das favelas têm muita consciência das metas de consumo da sociedade mas, tendo pais pobres e poucas possibilidades de emprego, têm poucos meios de concretizar essas metas. O tráfico propicia um meio acessível de chegar a esse fim (p. 125).

Assim criou-se uma sociedade do “ter para ser”. Este “ser” desejado tem que ter status, mesmo que este status fique cerceado a uma pequena comunidade. Esse jovem que adentra o submundo do crime para, em muitos casos, sanar uma necessidade que na verdade é um desejo inculcado pela indústria do consumo, que coloca que se não for desse modo se tornarão “socialmente invisíveis”, ou *voyeurs*. Um ser invisível, nessa situação de exclusão, que só consegue se fazer aparecer quando toma uma atitude que choque que, quase sempre, é de violência ou de qualquer outra natureza fazendo-o infringir a lei, ou seja, romper o pacto social.

Quando não se é visto e se vê, o mundo oferece o horizonte mas furta a presença, aquela presença verdadeira que depende da interação, da troca, do reconhecimento, da relação humana. (...) excluídos, tornando-se *voyeurs*. O *voyeurs* é aquele que, olhando de fora, parece estar roubando o que não lhe pertence, imiscuindo-se no alheio como um intruso esquivo, um fetichista (SOARES, 2005, p.167).

A consequência desse processo de exclusão em crescimento, para Neto et al (2001), pode ser gerada pelo aumento das desigualdades, a falta de perspectivas no mercado de

trabalho e a oferta de integração ao consumo e venda de drogas. Concordando com Bauman (2008), Neto et al (2001) afirma ainda que tais fatores ainda se aliam a intensificação dos apelos ao consumo de bens. A esse respeito, o mesmo autor cita, como exemplo, os bens não duradouros e imediatistas como roupas, objetos de marca e a possibilidade de usufruir a comida em restaurantes que primam pela fartura, o esbanjamento com mulheres, além de justificarem a sua entrada na criminalidade pelo sustento familiar.

Esses bens não duradouros, criados pela indústria cultural, provocam atitudes de alienação intelectual, atrofiando a imaginação, a espontaneidade, a atividade intelectual, esvanecendo-se o poder de crítica e de opção, do indivíduo, que para Adorno (1998), citado por Brauner (2007), a auto-reflexão crítica, conduziria ao esclarecimento, à possibilidade de modificação de atitudes diante desse cenário pernicioso que está posto.

Porém não se pode atribuir simplesmente à necessidade de consumo, a culpabilidade pela entrada do jovem para o tráfico de drogas. A baixa qualidade de vida, a instabilidade psíquica, física, material e social, associadas às dúvidas, incertezas, reações de rebeldias corriqueiras do momento etário-psicológico, os deixa mais vulneráveis às interferências dos que pretendem aproveitar-se de suas dificuldades (NETO et al, 2001). O tráfico, em muitas situações, não é apenas uma forma de se inscrever no mundo do consumo, mas, principalmente um meio de subsistência para as famílias em situação de vulnerabilidade.

Variadas são as propostas para sanar este problema e o que se tem visto é a falta de resultados efetivos, pois a cada dia mais jovens são recrutados pelo tráfico, pelo mercado informal de trabalho, justamente numa época onde deveriam estar sendo educados para assumirem o seu papel na sociedade.

Porém este jovem, que apesar de ser acolhido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que pretende fazer valer seus direitos, parece só ser favorecido quando mais abastado. Uma vez que os jovens infratores de classes mais pobres têm sempre que passar por medidas mais duras.

Não há então na natureza criminoso, mais jogo de força que, segundo a classe a que pertencem os indivíduos, os conduzirão ao poder ou à prisão: pobres, os magistrados de hoje, sem dúvida povoariam um assento nos tribunais e aí distribuiriam justiça. (FOUCAULT apud ZACCONE, 2007, p. 69).

A intervenção da Educação Física e do Esporte

A Educação Física e o esporte, considerando as diferenças de um para outro, tem servido, ou tem ao menos idealizado, na medida do possível, uma proposta de intervenção com o viés de alterar esse quadro de vulnerabilidade social. O poder destes para manter o *status quo* ou para alterar o mesmo é uma possibilidade, e tem sido usado em diferentes projetos sociais, apesar de não escapar das mesmas degradações sofridas pela família, pela Educação, pela indústria cultural.

Porém este sozinho e realizado de forma insipiente não poderá se traduzir em mudanças efetivas, mas tem sido um grande propagador da alienação, e de manipulação dentro destes projetos que sequer realizam avaliações de indicadores ou de impacto.

Poucas são as iniciativas que utilizam as ações da Educação Física e do esporte de forma séria. O professor de Educação Física não se dá conta de que sua ação docente, na verdade, é direcionada por representações que o impedem de perceber a realidade social da qual elas emergem. (BARBOSA, 2001).

Em um contexto ao qual o beneficiário do projeto está inserido, a contemplação das atividades, materiais, metodologia e objetivos adequados à realidade deste, é muito importante

quando se vai realizar uma prática sócio-esportivo, com o intuito de intervir e alterar um quadro de vulnerabilidade social. A respeito disso, discorre Fidelis e Alves (2008):

(...) uma sondagem previa da turma pode favorecer a escolha de estratégias e métodos mais adequados à prática docente, quando levamos em consideração a história dos alunos, ou ainda quando uma grande parcela dos nossos docentes pensa antes nos conteúdos das atividades para depois criar os objetivos, impondo aulas sem relação com a realidade dos alunos.

A pré-disposição para se realizar um diagnóstico do grupo beneficiado pela ação, é de extrema importância para que a mesma obtenha êxito no que tange a extinção ou a redução desta vulnerabilidade. Faz-se, portanto, necessário ter em mãos instrumentos que permitam adentrar neste mundo e, com os mesmos signos sociais, atuar de forma técnica e transformadora para que além das poucas opções que possuem, tenham ainda outras que sejam do seu interesse.

Essa intervenção tem que ter como premissa romper com uma estrutura que se estabeleceu de forma rígida (e perniciosa). Porém, pouco tem funcionado, acabando por levar jovens para o mundo do crime. E o Estado e a elite brasileira parecem relegar a um segundo plano a condição de vulnerabilidade do jovem brasileiro.

Pelas bases históricas percebe-se que o estado se aliou às elites brasileiras para construir uma ideologia de sustentação civil, relegando para segundo plano no quadro da cidadania o resto da sociedade, resultando esta aliança na situação de abandono da infância e da adolescência no Brasil (VARGAS, 2002, p. 89).

A inversão deste quadro tem sido discutida de forma ferrenha por vários setores da sociedade, até porque cada vez mais, no Brasil, existe uma cobrança interna, e externa, por mudanças, exigindo ações mais contundentes que sejam realizadas para propiciar às pessoas, e em específico os jovens em conflito com a lei, práticas que elevem de fato sua condição de cidadão.

É de extrema relevância o lazer, a educação, o esporte, que segundo Melo (2005) "inegavelmente, a prática esportiva possui potencial integrativo, de comunhão, de pertencimento, de congregar pessoas em torno de si" (p. 68). Potencial esse que tem que ser expandido, se tornar prático, para tornar visível a transformação do processo educativo pelo esporte, apesar de existirem outras correntes teóricas que se opõe frontalmente a essa posição.

Como desenvolver nestes jovens uma cidadania, se eles segundo Soares (2005) são cada vez mais invisíveis, se estes não se percebem enquanto membro desta sociedade? Como despertar neles esse sentimento de pertencimento a uma sociedade? Como criar neles um vínculo com a cidade do Rio de Janeiro se a muito esta, lhes nega seus direitos básicos?

Melo (2003) aponta que oportunizar atividades de lazer, mediando o acesso das pessoas aos vários equipamentos de lazer, que em tese não foram criados para eles, seria uma solução. Essa intervenção é importante se feita com responsabilidade, organização, planejamento e comprometimento. Visto ainda, que os professores de Educação Física não procuram dentro de suas aulas fazer uma codificação dos códigos culturais da realidade onde está atuando, com a premissa de promover a inclusão destes jovens. Essas práticas desconexas com os interesses do grupo, muitas das vezes ocorre por puro desconhecimento

de um sistema hegemônico, que visa manter o *status quo*, ocasionado pela miséria de uma grande parcela da população.

Conclusão

Conclui-se que a estratificação da nossa sociedade, o déficit social geraram alguns quadros de vulnerabilidade social, que afastou jovens de forma contundente de oportunidades de acesso a bens sociais, econômicos e culturais. Talvez uma intervenção mais séria, da Educação Física e do esporte, os aproximasse e os fizesse exercer dignamente sua cidadania.

Aliado a essa carência de oportunidades, há uma baixa qualidade de vida destes jovens, alienados por uma vida programada para o consumo desenfreado incutido neles pela indústria cultural, com princípio de que para “ser” se faz necessário “ter”.

A Educação Física e o esporte nesse sentido podem se configurar em caminhos interessantes, nessa transição entre a invisibilidade para a visibilidade social, já que até este momento poucas foram as formas encontradas por eles para serem notados. Neste sentido, a demanda de pesquisas que tratem Educação Física e esporte como vetores reais de inclusão social, se faz, cada vez mais, necessária.

Minimamente, a pesquisa levantou questões importantes sobre o jovem em conflito com a lei e sobre como a Educação Física e o esporte podem interferir neste processo de alienação, na tentativa de impedir a subjugação do jovem pelo tráfico de drogas. Faz-se, portanto, necessário uma pesquisa mais ampla e detalhada sobre esta realidade, com grupos focais. Além de políticas públicas eficientes, que tratem à questão da vulnerabilidade social, a Educação Física e o esporte como interventores deste processo, de forma séria, técnica e profissional.

Referências:

ABRAMOVAY, M. et al. Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas. **UNESCO: ABID**, 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127138por.pdf>> Acesso em: 15 jan. 2009.

BARBOSA, C, L, A. de. **Educação Física: as representações sociais**. Rio de Janeiro: Shape, 2001.

BAUMAN, Z. de. **Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRAUNER, V. L. P. Novos sistemas de aula de ginástica: procedimentos didáticos (?) na formação do professor. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE)**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 211-219, jan. 2007. Disponível em: <<http://www.rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/article/view/65>> Acesso em: 27 mar. 2008.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742002000200007&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em: 27 set. 2009.

DE MASI, D. **Ócio criativo: entrevista a Maria Serena Palieri**. trad. Léa Manzi. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DIÓGENES, G. de. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip hop**. 2º ed. – São Paulo: Annablume, 2008.

DOWDNEY, L. de. **Crianças do Tráfico: um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro**. 2º ed. – Rio de Janeiro: 7 letras, 2003.

FIDELIS, M, ALVES, R. de. Uma abordagem crítica sobre o início das aulas de Educação Física no ensino fundamental e médio à luz da psicomotricidade. **Revista Ciência On-line**, volume 3, 2008. Disponível em: <<http://www.parthenon.esp.br/revistacienciaonline/artigos/20080305.pdf>> . Acesso em: 16 fev. 2009.

MELO, M. P. de. **Esporte e juventude pobre: políticas públicas de lazer na vila olímpica da maré**. São Paulo: Autores Associados, 2005.

MELO, V, A. de. **Lazer e Minorias Sociais**. São Paulo: IBRASA, 2003.

NETO, O. C, et al. **Nem soldados Nem inocentes: juventude e trafico de drogas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.

VARGAS, A. L. S. de. **As sementes da marginalidade**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

SOARES, L, E. et al. de. **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

ZACCONE, O. de. **Acionistas do nada: quem são os traficantes de droga**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

Mauricio Fidelis

Rua da Infancia, 23 - Bangu - CEP 21825-000 – Rio de Janeiro, RJ – Brasil

Tel/cel.: (21) 9549-4361/ (21)3159-8777

mauriciofidelis@hotmail.com